

A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES PAULISTAS: O GRUPO ESCOLAR CORONEL FLAMÍNIO FERREIRA – LIMEIRA/SP (1901-1930)

Alessandra de Sousa dos Santos
Mestre em Educação FE/UNICAMP

Resumo

Com a Proclamação da República, o Estado de São Paulo testemunhou o advento da educação pública. As bandeiras do liberalismo e do positivismo despertaram nos governantes paulistas a necessidade de uma educação escolarizada, que formasse no cidadão conceitos como democracia, república, civismo, patriotismo, entre outros. Os Grupos Escolares, criados a partir da Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, de 1892, foram os espaços para atender às necessidades de escolarização do povo. Foi a primeira vez que a população brasileira conheceu um sistema de ensino organizado que contemplasse, em seu conjunto, um sistema seriado e graduado. Os grupos escolares surgiram a partir do agrupamento de escolas isoladas que passaram a funcionar em um único prédio, divididas por seriação. O primeiro grupo escolar recebeu o nome de Escola Modelo e foi implantado em 1893 na capital do Estado de São Paulo, anexo à Escola Normal, sendo, posteriormente, esse sistema de ensino disseminado pelo interior do Estado, servindo como modelo de organização escolar para outros Estados, que implementaram o mesmo sistema de ensino. No ano de 1901, o Governo do Estado de São Paulo inaugurou em Limeira o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira, primeiro Grupo Escolar do Município, em residência cedida pelo Coronel Flamínio. Este trabalho é resultado da análise de fontes primárias e secundárias sobre o tema e o período analisados, que permitem, em seu conjunto, compreender em que medida o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira contribuiu para a disseminação da educação escolarizada no Estado de São Paulo na Primeira República e qual a sua importância para a instrução pública no município de Limeira.

A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES PAULISTAS: O GRUPO ESCOLAR CORONEL FLAMÍNIO FERREIRA – LIMEIRA/SP (1901-1930)

Alessandra de Sousa dos Santos
Mestre em Educação FE/UNICAMP

A Proclamação da República instalou no Brasil um novo sistema político e social, surgindo como alternativa para estabilizar o país tanto no setor econômico, quanto no político e social.

Sabe-se que a Reforma, instaurada com a República, não acarretou profundas transformações de imediato, visto que, nas últimas décadas da Monarquia, as Províncias já vinham se adequando a uma nova realidade política, o que não acontecia na capital do Império. Também é verdade que a Proclamação da República não foi uma revolução, mas uma transformação político-administrativa, principalmente no que se refere à forma de reger o país, passando de um regime monárquico para um regime presidencialista.

O Movimento Republicano, que se intensificou no Brasil nas últimas décadas da Monarquia, teve seu auge com o Manifesto de 1870. Os republicanos defendiam o ideário baseado no liberalismo democrático e, tão logo, liberalismo e positivismo se fundiam em seus objetivos.

O início da República foi marcado por uma tentativa de mudança do sistema econômico. No período que antecedeu a República, a economia era baseada no sistema agrário comercial-exportador, sistema econômico que entra em crise nos primeiros anos da República, quando se iniciaram, no país, tentativas de consolidar um sistema industrial que, apesar de vários incentivos, não se consolidou naquele momento da economia brasileira. Até finais da década de 1920, o sistema econômico brasileiro, continuou sendo baseado na exportação da agricultura, que, mesmo em crise, permaneceu como economia majoritária, mas abre espaço para a industrialização.

São Paulo, dentro deste contexto de economia rural baseada no setor cafeeiro, era reconhecido como grande polo exportador de café, mas se via impossibilitado de expandir suas exportações, devido à rígida centralização que a Monarquia estabelecia em todo o país. Os republicanos defendiam a autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional, sem as injunções da União, conforme afirma Souza (1976):

A Federação surge em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira, desfeitas, já na Abolição, as motivações econômicas que ligavam as várias regiões produtoras. (SOUZA, 1976, p.164)

A instalação da República mudou não somente a forma de organizar a política e a sociedade na esfera econômica, mas também trouxe profundas transformações para a organização educacional do país.

As bandeiras liberais e cientificistas (positivistas) convergiam em vários pontos, e, segundo Ribeiro (2003), os programas de ação das duas frentes políticas traziam em comum:

...abolição dos privilégios aristocráticos, separação da igreja e do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe, e a crença na educação, chave dos problemas fundamentais do país. (RIBEIRO, 2003, p.65)

Essa citação se faz necessária não só para lembrarmos as reivindicações dos republicanos antes mesmo da Proclamação da República, como também para destacarmos a visão que traziam da necessidade de uma educação sistematizada. Viam a educação, ou a falta dela, como a chave dos problemas fundamentais do país, não diferente dos discursos atuais, mas importante para aquele momento de transformações na política e organização social do país.

Saviani (2004) apresenta de forma bastante clara por que o Estado de São Paulo se destacou na implantação de um sistema de ensino que serviu de modelo para todo o país. Segundo o autor, o fato de o Estado ter sido o principal produtor e exportador de café do país garantiu-lhe a hegemonia econômica. Com a proclamação da República, o Estado ganhou também a hegemonia política: “a ele coube dar a largada no processo de organização e implantação da instrução pública, em sentido próprio, o que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial” (SAVIANI, 2004, p.23).

Nesse contexto de mudanças políticas e econômicas que o Brasil vivenciou com a República, foram criados os Grupos Escolares, que a princípio surgiram da reunião de escolas isoladas agrupadas por proximidade. Foi a primeira vez na história da educação no Brasil que se pensou em uma escola seriada, que atendesse a ambos os sexos, mesmo que separados em classes. A escola que serviu de referência para essa nova forma de organização foi a Escola-Modelo anexa à Escola Normal da capital do Estado.

Foi o Estado de São Paulo o primeiro a pensar em uma estrutura diferenciada de educação, sendo também pioneiro na implantação dos Grupos Escolares. Ao analisarmos a primeira Reforma da Instrução Pública em São Paulo e os decretos que a orientaram, logo

após a Proclamação da República, podemos perceber a presença do ideário Liberal, que contemplava a liberdade de ensino, a gratuidade, a laicidade e a obrigatoriedade.

Nesse contexto de transformações sociais, políticas e econômicas, Limeira situada no interior paulista surgia no cenário político do Estado como pioneira na contratação de trabalhadores livres em substituição do trabalho escravo.

Limeira estava diretamente ligada aos projetos liberais de substituição da mão-de-obra escrava pela livre europeia. Os políticos da cidade, inclusive, pleiteiam o título de “Berço da Imigração Europeia de Cunho Particular”, pois:

Foi na fazenda Ibicaba que em meados do século passado foi instituída a primeira colônia de imigrantes de cunho particular do Brasil, empreendimento que foi responsável, pela preparação do Estado de São Paulo e do Brasil, para a substituição do braço escravo pelo livre. Por esse motivo Limeira é conhecida como o “Berço da Imigração Europeia de Cunho Particular”¹.

A imigração europeia estava diretamente relacionada à necessidade de formar novas frentes de trabalho para a lavoura cafeeira, mas não podemos deixar de enfatizar o fato de que, no período, havia o discurso da necessidade do embranquecimento da nação.

Limeira era uma cidade que se apresentava adequada ao seu tempo e à realidade econômica do país, e o fato de ser pioneira na contratação de trabalhadores livres não a diferenciava das cidades da região. Os problemas com a colonização e a formação urbana da cidade eram basicamente os mesmos das cidades do interior do Estado. É verdade que a cidade esteve, por algum tempo, no centro da economia do Estado por ser uma grande produtora de café, mas as crises que envolveram sua produção afetaram Limeira tal qual qualquer outra cidade produtora desse cultivo.

A Fazenda Ibicaba não ficou conhecida apenas por representar o berço da colonização europeia no Brasil. Ela possuía também modernos maquinários para o beneficiamento de café, o que, segundo a historiografia local, foi fator que influenciou o título de “Fazenda Modelo” para o mundo, uma vez que fazendeiros de outros países visitavam as instalações da Fazenda para levar aos seus países informações sobre o uso dos modernos maquinários. Foi também nessa fazenda, conforme afirma Busch (1967), que pela primeira vez a terra foi sulcada no Brasil, e nas oficinas da própria fazenda eram fabricados instrumentos agrícolas, carruagens, entre outros, que também eram fornecidos para outras fazendas.

¹ Dado extraído do histórico da cidade de Limeira, retirado da página oficial do município.
www.limeira.sp.gov.br/secretarias/cultura/historia.htm

A agricultura cafeeira se mantém na vanguarda da economia limeirense até a queda da Bolsa de Nova York. A agricultura, que começava a se diversificar com o cultivo da Laranja no município, vai se expandir nas primeiras décadas do século XX, quando em 1915, foram realizadas as primeiras exportações de laranja produzidas em Limeira. Alguns agricultores se destacaram entre os produtores desse novo cultivo:

São pioneiros no plantio da laranja: José Levy Sobrinho, Mário de Souza Queiroz, Antonio de Camargo Silveira, Francisco Machado de Campos, Joaquim Augusto de Barros Penteado, Sebastião Gomes de Camargo e Luiz Bueno de Miranda. Com exceção de Levy, nenhum desses era antigo colono das fazendas de café. (BETTINI, 2000, p.30)

O núcleo urbano da cidade foi constituído por grande número de escravos alforriados, mas também por grande número de imigrantes europeus, entre eles aqueles que já possuíam alguma formação e é dessa formação que surgem as frentes de trabalho que posteriormente adentrarão os muros das instituições de ensino.

Os colonos italianos que começaram a chegar à Limeira nas últimas décadas do século XIX, também contribuíram para a formação desse núcleo urbano da cidade: “Limeira, nesse momento, já está estruturada como centro urbano, pela presença dos antigos colonos, agora fixados no comércio e na indústria, e dos imigrantes italianos, que começavam a se fixar na cidade” (BETTINI, 2000, p.29).

Segundo a autora, os imigrantes italianos, na mesma medida em que os colonos alemães e portugueses que chegaram antes, foram os principais responsáveis pela formação urbana de Limeira.

A constituição do comércio e da indústria que se formavam nos centros urbanos da cidade, ao mesmo tempo em que dialogavam com os núcleos rurais. eram vistos como seus concorrentes:

Dessa forma, os ambientes urbano e rural se entrecruzavam, sendo, ao mesmo tempo - e paradoxalmente -, interdependentes e concorrentes, no âmbito das transformações nas relações de trabalho e nas formas produtivas daí decorrentes, que se diversificavam, ampliando-se, na mesma medida, a distância entre os respectivos interesses, antagônicos entre si, bem como no interior de cada um desses espaços sociais. (SILVEIRA, 2007, p. 82)

Para Bezerra (2001) três fatores foram determinantes no desenvolvimento de Limeira:

São eles: a acumulação de capitais decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura; a imigração européia, que veio para trabalhar na cafeicultura, trazendo conhecimentos técnicos que permitiram o desenvolvimento das atividades industriais; a infra-estruturarodo-ferroviária do município, que sempre contou com fácil acesso aos

	no grupo escolar	em escolas isoladas	em escolas particulares	em escolas noturnas	em escolas Reunidas	mantidas pela municipalidade
1907	287					
1908	313					
1909	269		184			198
1910	491		119			252
1911	747	221				
1912	876	462	37			
1913	933	440	143	120		151
1914	920	681		128		130
1915	803	536				194
1916	745	538	40	73		111
1917	789					
1918	853	701		108		222
1919	964	610		119		317
1920	779					
1921	638	840				
1922	663	792			369	
1923	663				546	
1926	937	917		295	238	362

Tabela 2: Dados referentes ao número de matrícula no município de Limeira entre 1907-1926 retirados dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo

Os dados disponíveis nos Anuários do ensino deixam muitas lacunas que não podemos preencher por falta de outras fontes que fornecessem tais informações, embora algumas análises importantes possam ser retiradas desses dados. Podemos observar que nos anos de 1921 e 1922 a matrícula do Grupo Escolar esteve abaixo da demanda de matrícula das escolas isoladas e, em 1926, a matrículas desses dois estabelecimentos estiveram muito próximas. Entre os anos de 1907 e 1910, os Anuários registraram apenas o número de escolas isoladas e sua localidade, mas não registraram o número de matrículas.

Os dados disponíveis sobre os estabelecimentos particulares são vagos e por vários anos os Anuários não trataram desses estabelecimentos. Sabemos que, em 1918, havia 5 estabelecimentos de ensino particular, mas não foram apresentados seus dados de matrícula entre essas escolas estava a Escola Alemã do Bairro dos Pires, que, pela primeira vez, apareceu descrita no Anuário.

Em 1923, Dr. Trajano de Barros Camargo, filho do Coronel Flamínio Ferreira de Camargo, transferiu o Colégio Santo Antonio da cidade de Descalvado para Limeira, custeando seus gastos; porém, não encontramos nos Anuários dados sobre esse estabelecimento, que funciona até os dias de hoje na cidade. Também foi criada, pelo Dr. Trajano, uma Escola Profissional de Aprendizes no interior de sua empresa, a Máquina São Paulo, para os filhos dos empregados maiores de 12 anos, na qual oferecia cursos de

carpintaria e de montagem de máquinas com o objetivo de produzirem para a indústria e aumentarem a renda familiar. Não temos dados do período de funcionamento da escola profissional, mas como a morte de Dr. Trajano ocorreu em 1930, a criação da escola deve anteceder esse ano².

Em 1921, sob a direção das irmãs dominicanas, é inaugurado em Limeira o Colégio São José, funcionando em prédio situado na Rua do Comércio, atual Rua Barão de Cascalho. Em 1928 houve a equiparação da escola quando foi instalada em prédio próprio, onde, até os dias de hoje, exerce suas funções.

A Câmara Municipal sempre esteve envolvida nas questões educacionais e por vários anos manteve materialmente uma quantidade significativa de matrículas, registrando a maior quantidade de matriculados em 1926 com 362 alunos.

As duas primeiras escolas noturnas foram criadas no município no ano de 1912, ambas masculinas, e cuja configuração permanece até 1920, quando, pela primeira vez, apareceram matrículas femininas.

Se considerarmos que Limeira possuía, nos anos de 1900, uma população urbana em constante crescimento e formada por diferentes composições sociais – os trabalhadores dos diversos segmentos rurais e da pequena indústria local, a elite local, formada por produtores rurais e alguns industriários, e a pequena burguesia que vinha se constituindo – os avanços educacionais não seguiram o mesmo ritmo. As escolas isoladas continuaram a atender uma demanda grande da população, não apenas rural, mas também em grande parte urbana, e a Câmara Municipal precisou manter os investimentos na educação por entender que o Estado sozinho não possuía recursos e nem estrutura para dar conta da quantidade de alunos que o município possuía.

A mesma Limeira que se encontrava à frente das cidades do Estado de São Paulo, por seu pioneirismo na contratação de trabalhadores livres e/ou por ter sido um município importante na economia cafeeira paulista, revelou-se retrógrada no que se refere à educação na Primeira República. O fato de ter implantado um Grupo Escolar em 1901 fez com que a história local buscasse constantemente referenciá-lo como fato grandioso, como se essa instituição, sozinha, representasse o avanço necessário para a educação local. Na realidade, Limeira ficou, e permanece, muito aquém do esperado para sua população e para o avanço tecnológico.

² Vários autores apresentam a mesma história sobre a criação das duas escolas, porém a fonte utilizada foi a história da Escola Técnica Dr. Trajano de Barros Camargo, disponível em <http://www.trajanocamargo.com.br/historia.php>

Nessa perspectiva de entender como se configurava o ensino em Limeira, a Câmara Municipal, em Sessão de 23 de junho de 1900, solicitou autorização do Estado para criar, no município, um Grupo Escolar em prédio cedido pelo Coronel Flamínio Ferreira de Camargo. Em correspondência à Câmara, em fevereiro de 1901, o subdiretor da Secretaria do Interior, com o Decreto nº 09 de 02 de fevereiro de 1901, autorizou o funcionamento do primeiro Grupo Escolar em Limeira, informando ter providenciado a viagem de um Inspetor de ensino para realizar a vistoria no prédio e providenciar sua reforma. Na sessão de 15 de junho de 1901, antes da inauguração do G.E., o Governo denomina, por meio do Ato nº 35, Coronel Flamínio Ferreira, o Grupo Escolar da cidade.

Destacamos, no texto da sessão de 1901, a palavra *gratuitamente*, pois entendemos assim acontece quando algo é dado de graça, sem custos ou ônus, porém, em documentos da própria Câmara, datados de 1907, encontramos o pedido de indenização feito pelo Cel. Flamínio à Câmara referente às adequações que o prédio deveria sofrer para ficar de acordo com a planta original, informando existir uma escritura referente à doação e cita: “Por essa clausula 4º a Câmara se obriga a entregar ao requerente o prédio cedido exactamente nas condições em que o recebeu [...]” (LIMEIRA, Sessão de 07 de outubro de 1907, Livro de Atas).



Figura 1: Prédio onde funcionou o Grupo Escolar de 1901 a 1907. Fonte: Revista Povo, de junho de 1997

Alugar, ceder ou emprestar prédios para a instalação de Grupos Escolares no início da República era uma prática comum: estando o Governo Estadual “impossibilitado de construir

prédios para todos os grupos cuja criação era solicitada, adotou logo a política de condicionar a instalação do estabelecimento à doação do prédio pelas municipalidades” (ANTUNHA, 1976, p. 72-73).

Em acordo firmado entre Governo Estadual e Municipal, em 1905 o município “doou” (grifos nossos) ao Estado, através da Lei nº 89-A, de 15 de abril, o Largo do Rosário para que nele o Estado construísse um prédio adequado para abrigar o Grupo Escolar.

A sede própria para seu funcionamento foi construída na praça central, no Largo do Rosário, em uma área de 7.877,80 m², no quadrante das Ruas Boa Morte, Tiradentes, Treze de Maio e Carlos Gomes³. Foi inaugurada no ano de 1906, tendo suas atividades transferidas para o prédio em 20 de junho de 1907. Atualmente, a área construída é de 1.409,66 m², tendo sido avaliada, em 2007, em R\$ 2.998.363,78, valor venal territorial.

O Grupo Escolar de Limeira, assim como a maioria dos grupos escolares, iniciou suas atividades com a reunião de escolas isoladas, cuja formação se deu, basicamente, pela reunião de 5 escolas masculinas e 4 escolas femininas. O mesmo decreto que criou o Grupo Escolar nomeou o Inspetor Escolar João von Atzingen para organizá-lo, que, ao afastar-se por férias, foi sucedido por Antonio Rodrigues Alves Pereira em 29 de julho de 1901, antes mesmo da inauguração. Estiveram presentes na sessão de inauguração do Grupo Escolar: o Inspetor Geral do Ensino Major Francisco Pedro do Canto, o Diretor Antonio Rodrigues Alves Pereira, as Professoras Maria Leduina Machado, Artemira Moura, Auvina Aurora de Oliveira, Maria Isabel de Oliveira, Isabel da Silveira e Maria Estela de Toledo Lima, além de autoridades e cidadãos locais.

A primeira turma de meninos formada no Grupo Escolar possuía um número pequeno de alunos, fato que se identifica na análise dos mapas de classe: as turmas iniciavam com 40 alunos ou mais, nos primeiros anos, mas essa quantidade ia diminuindo consideravelmente nos anos seguintes. Alguns dos fatores que contribuíam para essa redução tinham relação direta com as condições de vida dessas crianças, com a importância que a família atribuía à formação escolar e com outros fatores tais como falta de saúde, epidemias e abandono. O número de alunos eliminados por excesso de faltas era grande, mas não maior do que o número de evadidos. Após algumas repetências seguidas, as crianças desistiam de estudar, visto que já se encontravam em idade para trabalhar e a escola, para elas, não fazia muito sentido.

³ Na página oficial do município a última rua citada é a Senador Vergueiro, fato que nos despertou a curiosidade, porque a Prefeitura cita uma rua após a Carlos Gomes como sendo do quadrante, mas concluímos, pelos documentos analisados, que foi um equívoco, pois as ruas sempre foram as acima citadas.



Figura 2: Primeira turma de formandos da 4ª série primária do G.E., 1907. Acervo do Museu Pedagógico

Podemos observar a presença de uma criança negra entre os formandos, mas nenhuma afirmação pode ser feita sobre isso. Acreditamos que não deveria ser comum negros e brancos frequentarem as mesmas escolas, entretanto, por não existirem estudos que afirmem ou neguem essa realidade. Cremos que brancos e negros estarem frequentando a mesma classe possa ser um diferencial no município de Limeira, que teve grande parte dos negros escravos alforriados antes da Lei Áurea.

Havia, no início da República, a preocupação de se difundir o ensino por todo o país, e os Grupos Escolares eram um dos instrumentos utilizados pelo poder público para essa disseminação: “[...] o objetivo era impressionar a população, tornar ostensiva a preocupação do Estado com a educação, não só através da arquitetura escolar, mas também das constantes exposições públicas dos alunos” (IWAYA, 2005, p.190).

Arquitetura e projeto pedagógico dialogavam na medida em que os espaços eram pensados para atender a uma nova estrutura de ensino. Disciplina, ordem e devoção pátria faziam parte da rotina dos alunos, assim como pontualidade e compromisso com a educação eram a base de sua formação. Para as meninas, atividades manuais completavam o currículo pedagógico, para os meninos, aulas nas oficinas criadas dentro do Grupo Escolar.



Figura 3: Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira s/d. Acervo do Centro de Memória

Acreditamos que a imagem acima seja a que melhor expresse o que representou a arquitetura do Grupo Escolar em seu auge. A falta de informações sobre a data não nos impede de deduzir que a imagem é posterior à década de 1950, pois, em 1957, são retirados os muros que cercavam a praça, e, conforme é possível observar, não há muros em torno do prédio. Essa imagem nos remete aos tempos de glória do Grupo Escolar.

O prédio encontra-se fechado desde agosto de 2009 para restauração, cujo término estava previsto para dezembro de 2010, depois foi prorrogado para abril de 2011, em 2014 sofreu alguns danos na estrutura e atualmente continua sem funcionar.

O Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira, desde o início de suas atividades, teve um público bastante diversificado, como comprova a foto da primeira turma de formandos apresentada anteriormente, que nos mostra, em 1907, um negro entre os formandos. Atentando para o fato de que o índice de repetência e evasão era absurdamente grande naquele período, ter um negro entre os formandos demonstra a presença de apenas um “sobrevivente”, mas quantos deles se matricularam e não tiveram oportunidade de concluir seus estudos?



Figura 4: Alunos da turma masculina do Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira (s/d). Acervo do Museu Pedagógico

Podemos observar na imagem acima que havia várias crianças negras na turma, há muitas crianças descalças, sem uniformes e/ou qualquer vestimenta padronizada, com sua professora. Mas o que essas observações nos revelam sobre o período?

Considerando que a imagem apresenta 34 crianças, das quais 5 são negras, ou seja, 15% dos alunos da turma, percebemos ser esse um número consideravelmente grande para aquele período. Se observarmos as vestes das crianças, podemos pressupor que não eram obrigados a usar uniformes ou outro tipo de veste padronizada. Os pés descalços nos revelam muitas coisas, talvez mais que documentos oficiais, pois mostram que as crianças não tinham o que calçar para ir à escola, o que nos responde à pergunta levantada anteriormente sobre a condição socioeconômica dessas crianças.

Inúmeros são os dados sobre o funcionamento, matrícula, frequência, entre outros, que conseguimos retirar dos anuários de ensino e mapas da classe, porém devido a limitação desse artigo, não foram possíveis de serem apresentados nesse trabalho, mas os dados completos encontram-se disponíveis na dissertação que originou esse resumo⁴.

⁴ Santos, A. S. Um dia belo, no outro esquecido : a história do Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira - Limeira: SP (1901-1930), disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000803598>

Não podemos deixar de apresentar dois dados que diferenciavam a instrução nos bancos escolares do primeiro Grupo Escolar de Limeira do ensino que vinha sendo disseminado pelo Estado de São Paulo, o primeiro diz respeito a nacionalidade dos pais dos alunos e o segundo sobre a profissão desses pais.

Nacionalidade dos pais	Número de Alunos
Alemanha	5
Itália	56
Portugal	7
Síria	3
Suécia	1
Espanha	3
Brasil	98

Tabela 3: Naturalidade dos pais dos alunos dos 1^{os} anos. Dados extraídos do Livro de Matrículas de 1929. Acervo do Museu Pedagógico.

A escola era instrumento de disseminação da ordem e dos deveres pátrios e um de seus objetivos era difundir a língua nacional. Estando esses estrangeiros matriculados na escola e frequentes, estariam sendo formados de acordo com os interesses da nação brasileira, afastando-se cada vez mais de suas origens.

A segunda análise que se faz necessária apresentar, refere-se a profissão dos pais, considerando que os dados do Livro de Matrícula sobre filiação normalmente traziam os dados paternos: em apenas 10 matrículas constou o nome da mãe e dessas, sete eram servidoras domésticas, uma era cozinheira e duas funcionárias municipais, sem especificação do tipo de serviço prestavam ao município.

Profissão dos pais	número de alunos
Chauffeur (motorista)	3
Lavrador	30
Boiadeiro	2
Relojoeiro	1
Pedreiro	13
Funcionário público	1
Carpinteiro	11
Ferreiro	2
Operário	33
Servidora doméstica	7
Construtor	1
Negociante	26
Alfaiate	4
Oleiro	2
Maquinista	1
Mecânico	3
Viajante	1
Sapateiro	5
Industrial	4
Funcionário municipal	7
Farmacêutico	1
Pintor	1
Cambista	1
Proprietário	1
Cerâmico	1
Ferrovário	3
Jornaleiro	1
Guarda-livros	4
Cozinheira	1
Advogado	1
Padeiro	1
Marceneiro	1

Tabela 4: Relação de profissão dos pais dos alunos dos 1^{os} anos. Dados do Livro de Matrículas de 1929. Acervo do Museu Pedagógico

Podemos ver na tabela que os pais possuíam as mais diversas profissões. De um conjunto de 32 profissões distintas, a maioria era operário, num total de 33, em seguida aparecem os lavradores, num total de 30 pais, em terceiro lugar, temos o negociante, perfazendo 26 pais.

O ensino ministrado no Grupo Escolar de Limeira atendia às necessidades locais de formação da futura mão-de-obra que viria servir às elites da cidade.

Limeira foi contemplada, em 1901, com seu primeiro Grupo Escolar, cuja criação é apontada pela história local como um avanço para a educação do município. Nossas análises

apontaram que a criação do primeiro Grupo Escolar de Limeira representou a incorporação de um ideário republicano de educação, como foi o caso da construção dos grupos escolares de Campinas, Botucatu, Piracicaba e outras cidades do interior paulista, onde esse sistema de ensino foi implantado.

Em Limeira a instrução oferecida nos bancos do Grupo Escolar destinou-se, em grande parte do período estudado, às classes trabalhadoras, conforme os dados analisados e apresentados neste trabalho. O grande diferencial do Grupo Escolar de Limeira em relação aos grupos escolares da região, é exatamente a composição do seu alunado, como verificamos na tabela 4. Os alunos que frequentaram o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira eram, em sua maioria, filhos das classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, entendemos que o Grupo Escolar teve um papel fundamental na formação da população da cidade. As especificidades locais provavelmente contribuíram para que o alunado que frequentou os bancos do primeiro Grupo Escolar de Limeira fosse diferente daquele que a historiografia sobre grupos escolares vinham testemunhando; de que os grupos escolares atendiam, em sua maioria, alunos oriundos das elites locais.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1907-1908

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1907 – 1908 – 1909 – 1910 – 1911 – 1913 – 1914
– 1915 - 1916 – 1917 – 1918 – 1919 – 1920 – 1922 – 1926 – 1936

Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo

Lei nº88 de 8 de setembro de 1892

Lei nº891 de 11 de novembro de 1903

Lei nº1120 de 28 de dezembro de 1907

Decreto 28 e 29 de 01 de março de 1892

Decreto 218 de 27 de novembro de 1893

Decreto 247 de 23 de julho de 1894

Decreto 397 de 09 de outubro de 1896

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892 (1897). Tomo II, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1893 (1913). Tomo III, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894 (1918). Tomo IV, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1898 (1898). Tomo VIII, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1900 (1901). Tomo X, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1901 (1902). Tomo XI, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1902 (1903). Tomo XII, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1906 (1907). Tomo XVI, SP: Typographia do Diário Oficial.

Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1907 (1908). Tomo XVII, SP: Typographia do Diário Official.

Arquivo Câmara Municipal de Limeira

Atas

Ata da Câmara Municipal de Limeira: 1889 – 1890

Ata da Câmara Municipal de Limeira: 1896 – 1899

Ata da Câmara Municipal de Limeira: 1899 – 1902

Ata da Câmara Municipal de Limeira: 1902 – 1905

Leis Municipais de 1892 - 1905

Lei nº55 de 21 de agosto de 1899

Lei nº68 de 22 de agosto de 1901

Lei nº89-A de 15 de abril de 1905

Arquivo Centro de Memória de Limeira

Arquivo Museu Pedagógico Major José Levy Sobrinho

Livro de Acta do Conselho Municipal de Limeira 1900 - 1902

Livro de Visitas do Grupo Escolar de Limeira: 1901 – 1983

Livro Ponto 1901, 1919, 1921

Livro de Matrícula Seção Masculina, 1929

Livro de Matrícula Seção Feminina, 1927

Livros de Chamada de diversos anos

Livro de Palestras Pedagógicas, 1930 e 1934

Mapa de Classe, 1906

Bibliografia

BETTINI, R.F.A.J.(2000) *“Laços Tecidos no Tempo: A Instrução Pública em Limeira”* São Carlos, Rima.

BEZERRA, M.C. dos S. (2001) *“Imigração, educação e religião – um estudo histórico-sociológico do bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto – brasileira”*. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Orientadora Olga Rodrigues de Moraes von Simson

BUSCH, R. K. (1967). *“História de Limeira”*. Limeira, SP. Edição da Prefeitura Municipal de Limeira, Serviço de Educação e Cultura, 1º Volume.

IWAYA, M. (2005) Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). IN: _BENCOSTTA, M. L.A.(Org) *“História da educação: arquitetura e espaço escolar”*. São Paulo: Cortez. Cap. V, p.171-191.

RIBEIRO, M. L. S. (2003) *“História da educação brasileira: a organização escolar”*. Campinas, SP: Autores Associados, 19ª edição. (coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. (2004) O legado educacional do longo século XX brasileiro. In: _____. (et al.) *“O legado educacional do século XX no Brasil”*. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea) p. 9-57

SILVEIRA, M.C. (2007) *“Imigração Italiana em Limeira – SP: Terra, política e instrução escolar”*. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação - Orientador: José Claudinei Lombardi

SOUZA, M.do C.C.de. (1976) O processo político-partidário na Primeira República. IN _MOTA, C. G. (org). *“Brasil em perspectiva”*. Rio de Janeiro. 7ª Edição – Difel